

COMUNIDADES PREPARADAS

PROTOCOLOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
EM CENÁRIOS DE EVENTOS EXTREMOS

GUIA PARA DIÁLOGOS AUTOGESTIONADOS



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação



República Federativa do Brasil

Presidente
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ministro
João Paulo Ribeiro Capobianco

Secretaria-Executiva

Secretária-Executiva
Anna Flávia de Senna Franco

Departamento de Educação Ambiental e Cidadania

Diretor
Marcos Sorrentino

Coordenadoria-Geral de Cidadania, Enraizamento e Articulação

Coordenadora-Geral
Isis Akemi Morimoto Toschi Oliveira

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Ministra
Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

Diretora
Regina Célia dos Santos Alvalá

Programa Cemaden Educação

Coordenadora
Rachel Trajber

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Comunidades Preparadas
Protocolos de Educação Ambiental
em Cenários de Eventos Extremos
Guia para Diálogos Autogestionados

BRASÍLIA/DF
MMA
2026

© 2026 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, ou sítio da internet, o qual pode ser encontrado: <https://www.gov.br/mma/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/educacao-ambiental/guia-eventos-extremos.pdf>

Organização e conteúdo

(texto-base)

Fernanda (Amarelo) Santana de Oliveira
Isis Akemi Morimoto Toschi Oliveira
Marcos Sorrentino
Rachel Trajber

Contribuições ao conteúdo

Felipe Augusto Santos
Jeniffer de Souza Faria
José Luis Neves Xavier
Larissa Malty

Design Estratégico e Diagramação

Allma Hub

Todas as ilustrações foram geradas por Chat GPT a partir do comando gerar ilustrações estilo colagem, como modelo, sobre os sub-temas listados de eventos extremos, entre 05/08/2026 e 14/09/2026.

Equipe de Trabalho dos Protocolos de Educação Ambiental

Centro de Educação e Cooperação

Socioambiental de São Paulo: Giovana Barbosa de Souza, Carmen Gattás e Lenin Bicudo Bárbara (Ibama)

Departamento de Educação Ambiental e

Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e

Mudança do Clima:

Marcos Sorrentino, Isis Akemi Morimoto Toschi Oliveira, Fernanda (Amarelo) Santana de Oliveira, José Luis Neves Xavier, Larissa Malty e Neusa Helena Barbosa

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas

de Desastres Naturais do Ministério de Ciência,

Tecnologia e Inovação:

Rachel Trajber, Felipe Augusto Santos e Jeniffer de Souza Faria

Allma Hub:

Ana Paula Dugaich, Cice Galoro, Maria Mazzucchelli, Keila Akemi, Danielle Areal e Mariana Pedrosa

Universidade Zumbi dos Palmares:

José Vicente, Mauro Viana e Felipe Chibas-Ortiz

Este Guia foi elaborado de forma colaborativa pelo Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do MMA, Centro de Educação e Cooperação Socioambiental de São Paulo, Programa Cemaden Educação/MCTI, Universidade Zumbi dos Palmares (Protocolo de Intenções Nº 06/25) e Allma Hub (Acordo de Cooperação Técnica Nº 62/26).

COMUNIDADES PREPARADAS _GUIA – VERSÃO DIGITAL
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B823

Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Comunidades preparadas [protocolos de educação ambiental em cenários de eventos extremos [recurso eletrônico]: guia para diálogos autogestionados. – Brasília, DF : MMA, 2026.

39 p. : il. color.

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-85-7738-629-1

1. Mudança climática. 2. Comunidades tradicionais. 3. Educação ambiental.
I. Título.

CDU 37:502

IBAMA

Biblioteca Nacional do Meio Ambiente

Júlia G. de Menezes – CRB1/3001

AGRADECIMENTO A TODAS AS PESSOAS QUE PARTICIPARAM DO EVENTO TÉCNICO QUE DEU ORIGEM A ESTE GUIA:

Palestrantes na mesa de abertura

João Paulo Capobianco
Ministério do Meio Ambiente e Mudança
do Clima (MMA)

Marcos Sorrentino
Departamento de Educação Ambiental e
Cidadania do MMA

Fabio Buonavitta
Superintendente do Ibama no Estado de
São Paulo

José Vicente
Universidade Zumbi dos Palmares

Rachel Trajber
Centro Nacional de Monitoramento e
Alertas de Desastres Naturais

Anna Dugaich
Allma Hub

Tania Perfeito Jardim
Gerência de Educação para Sustentabili-
dade e Cidadania do Sesc/SP

Alessandro Bender
Secretaria Executiva de Mudanças Cli-
máticas do Município de São Paulo

Eduardo Murakami da Silva
Núcleo de Educação Ambiental da Rede
Municipal de Ensino do Município de São
Paulo

PALESTRA MAGNA

Carlos Nobre
Instituto Nacional de Pesquisas Espa-
ciais - Inpe e IEA/USP

Painelistas

Alessandro Bender
Ana Dugaich
Celso Luiz Ambrosio
Davi Dias da Rocha
Denise Baena
Eduardo Murakami da Silva
Géssika Marcelo Gomes
Giovana Barbosa de Souza
Isis Akemi Morimoto

Karine Lopes
Leila Vendrametto
Marcio Boggarin
Maria Amélia Kuhlmann Fernandes
Mariana Gutierrez Arteiro da Paz
Natalia Moradei
Pedro Aranha
Rachel Trajber
Virginia Chiaravalloti

Participantes dos Grupos de Trabalho

Ana Flávia Borges Badue

Andréa de Almeida Bossi

Cacilda Costa Paranhos

Cauan Felipe Rosa

Célia A. Silva

Cibelle Dirce dos Santos

Cintia Güntzel

Davi Dias da Rocha

Edivaldo Liberato Diamantino

Fernando de Magalhães Mendonça

Fernanda Rivello Lazar

Flávia Vieira de Oliveira Aguiar

Gabbriela Manari Carvalho Fonseca

Isis Akemi Morimoto

Jacqueline Santana Conceição

José Alberto Pereira

Juliana Maria de B. Freire

Juliana Silva de Oliveira

Juliane Maria da Silva Ferreira

Laetitia Orte Novelli Netto

Luzia de Fátima Paula

Marcia Batista de Salles

Margarete Batista Teodoro

Maria Aparecida Honorato da Silva

Maria Castellano

Maria Paula Pires de Oliveira

Maria Verônica Lopes da Silva

Mariana Bassani

Mariane P. Corrêa

Marilda Silva de Sousa Tormenta

Natalia dos Santos Moradei

Patrícia Mie Matsuo

Patricia Yumi Morimoto Kofuji

Paula Barini Mazzola

Rachel Trajber

Ricardo Luiz Verucci Dutra da Fonseca

Rodrigo Ferreira dos Santos

Roseli Aparecida Silva

Sandro Tonso

Semiramis Biasoli

Thomas Yoshihiro Kofuji

Vanessa Gonçalves Chaves

APRESENTAÇÃO

As mudanças climáticas já fazem parte da nossa vida. Talvez você já tenha vivido uma enchente que interrompeu seu trabalho, uma seca que afetou o abastecimento de água ou um incêndio que ameaçou sua comunidade.

Essas situações vêm se tornando mais frequentes. **E quem vive em áreas mais vulneráveis, com menos acesso a serviços públicos e infraestrutura, enfrenta riscos maiores. Ao mesmo tempo, cada território possui conhecimentos, experiências e formas próprias de organização que ajudam a enfrentar esses desafios.**

No Brasil, o enfrentamento das mudanças climáticas é guiado pelo Plano Nacional sobre Mudança do Clima. O **Plano Clima** estabelece metas e ações para a mitigação de emissões, para a adaptação aos seus impactos, além de estratégias transversais. Este Guia está mais diretamente alinhado à **Estratégia Transversal de Educação, Capacitação, Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.**

O objetivo deste Guia é oferecer um caminho para que cada grupo possa se preparar para os eventos extremos, construindo territórios mais seguros, resilientes e preparados para os desafios do presente e do futuro. Você não vai encontrar aqui uma receita pronta ou um modelo único de protocolo. Cada comunidade, aldeia, quilombo, escola, assentamento, bairro ou coletivo conhece sua realidade melhor do que ninguém e pode utilizar este material de acordo com seus desafios e capacidades.

Construir um Protocolo Comunitário é firmar um pacto coletivo de cuidado. É reconhecer que os povos, comunidades tradicionais e cada território possuem conhecimentos valiosos e que a Educação Ambiental é uma ferramenta de transformação social capaz de mobilizar as pessoas a se organizarem para compreender, proteger e fortalecer o lugar onde vivem.

SUMÁRIO

1.	Um apanhado do que já foi feito sobre o tema	07
2.	Alguns conceitos importantes	08
3.	Por que construir Protocolos de Educação Ambiental?	10
4.	Antes de começar: alguns princípios importantes	11
5.	Quem participa?	14
6.	Etapas de trabalho	17
7.	Passo-a-passo resumido	32
8.	Roteiro simplificado	35
9.	Documentos de referência	36

UM APANHADO DO QUE JÁ FOI FEITO SOBRE O TEMA

O QUE GOVERNOS, INSTITUTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS JÁ PRODUZIRAM DE MAIS RELEVANTE EM TERMOS DE METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS E GUIAS COMUNITÁRIOS DE RISCO?

Este Guia foi inspirado no Documento-Síntese de Educação Ambiental para Eventos Extremos^[1]. Ele funciona como a nossa bússola e deu origem a Cadernos Temáticos sobre cinco grandes temas de risco: deslizamentos, inundações, incêndios, secas e ondas de calor. Esses Cadernos trazem propostas práticas para o Antes, o Durante e o Depois do evento extremo e estão disponíveis aqui: <https://cecsasp.com.br/protocolos-ea/>.

A adaptação para a mudança do clima é um tema extremamente importante e vem sendo trabalhado por várias organizações e níveis de governo. Por isso, selecionamos alguns documentos de referência, que estão listados na página 36.

[1] O Documento-síntese é fruto de um trabalho colaborativo realizado no evento técnico "Protocolos e Práticas para Educação Socioambiental em Cenários de Eventos Extremos". Realizado nos dias 2 e 3 de junho de 2026, organizado pelo Centro de Educação e Cooperação Socioambiental de São Paulo (Cecsa/SP), Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (DEA/MMA), Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (Cemaden Educação/MCTI), Universidade Zumbi dos Palmares e Instituto Allma Hub, com apoio institucional do Sesc/SP, Ibama/SP e CIEA/SP. A sistematização do documento-base foi liderada pelo Programa Cemaden Educação.

ALGUNS CONCEITOS IMPORTANTES

EVENTOS EXTREMOS

É possível que você já tenha presenciado ou sentido os efeitos de algumas dessas situações: chuvas intensas, enchentes, períodos prolongados de seca, incêndios ou dias de calor excessivo. Esses são exemplos de eventos extremos.

Eventos extremos são fenômenos de origem natural, tecnológica ou biológica, cuja intensidade, frequência ou duração ultrapassa os padrões históricos normais [2].



Embora muitos desses fenômenos sempre tenham existido, as mudanças climáticas estão tornando alguns deles mais frequentes, mais intensos e com uma distribuição espacial não observada anteriormente. Ou seja, estão ocorrendo mais vezes, mais fortes e em novos lugares.

Mas existe algo importante a lembrar: o risco não é determinado apenas pelo clima. Ele também depende das condições do território, sejam elas naturais ou sociais. Por exemplo, uma mesma chuva pode produzir impactos muito diferentes em lugares distintos. Ou ainda, em um mesmo local, a depender das condições de exposição e vulnerabilidade daquela população ou comunidade. Por isso, **compreender a realidade local é um passo fundamental para construir estratégias de proteção.**

[2] Fonte: Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (United Nations Office for Disaster Risk Reduction - UNDRR)

PROTOCOLO COMUNITÁRIO

Um protocolo é um acordo coletivo que organiza como um grupo de pessoas irá agir diante de determinada situação. No contexto dos eventos extremos, os protocolos são **orientações práticas** que devem ser observadas para reduzir riscos, proteger vidas e facilitar a tomada de decisão em momentos de emergência.

Os municípios devem ter seus Protocolos ou Planos de Contingência para situações de risco, sobretudo aqueles impactados por eventos extremos com mais recorrência.

Sabendo que o município tem zonas mais e menos vulneráveis, que cada bairro tem a sua particularidade e que cada lugar, pessoa e ser vivo importa, estamos propondo a elaboração de **protocolos construídos pelas próprias comunidades**, escolas e territórios.

Sua construção se dá na realidade local e deve ser realizada pelas pessoas diretamente afetadas pelos riscos climáticos.

O Protocolo Comunitário é um acordo coletivo construído pelas próprias pessoas do território para proteger vidas, fortalecer redes de cuidado e organizar ações diante dos riscos climáticos.

Assim, cada Protocolo Comunitário é único porque bebe da experiência dos moradores, da cultura e dos modos de vida do território. Mais do que um documento, ele é um exercício de diálogo, aprendizagem e mobilização comunitária.

POR QUE CONSTRUIR PROTOCOLOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

Quando falamos em Educação Ambiental, além de aprender sobre a natureza, estamos falando de cuidar do lugar onde vivemos, compreender os riscos que nos cercam e **fortalecer nossa capacidade de agir coletivamente diante dos desafios**. Por isso, construir um Protocolo Comunitário é também um processo educativo.

Ao conversar sobre eventos extremos e desastres, resgatar memórias, mapear riscos, identificar lugares seguros e planejar ações, as pessoas aprendem mais sobre seu território e fortalecem os laços de solidariedade que ajudam a enfrentar situações difíceis.

Em outras palavras, o Protocolo Comunitário de Educação Ambiental não é apenas um documento para ser usado durante uma emergência. Ele também é uma ferramenta para aprender, ensinar, organizar e cuidar.

Quanto mais pessoas participam de sua construção, maior é a capacidade da comunidade ou da escola de proteger vidas e construir um futuro mais seguro.



ANTES DE COMEÇAR: ALGUNS PRINCÍPIOS IMPORTANTES

Antes de iniciar a elaboração do Protocolo Comunitário, é importante que todos os participantes concordem com alguns princípios:

1

Valorizar os saberes locais e conhecimentos tradicionais

Quem vive no território conhece sinais, histórias e mudanças que nem sempre aparecem nos mapas oficiais.

2

Garantir a participação de todos

Crianças, jovens, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, lideranças comunitárias e grupos tradicionalmente excluídos devem ter voz no processo.

3

Aprender fazendo

O protocolo não deve ficar guardado em uma gaveta. Ele precisa orientar atividades, simulados, projetos pedagógicos e ações comunitárias.

4

Cuidar das pessoas, dos animais e do território

A proteção da vida humana está ligada à proteção dos rios, das matas, dos solos, das nascentes e dos demais seres e elementos que sustentam a vida local.

5

Incorporar a perspectiva de gênero

Assegurar oportunidades de liderança e participação ativa das mulheres na tomada de decisões e na formulação das estratégias de proteção do território.

6

Engajar redes e grupos organizados já existentes nos territórios

Todas as formas de organização são importantes para a mobilização comunitária e troca de conhecimentos.

7

Buscar informações confiáveis e combater notícias falsas

Estar bem-informado é a nossa melhor defesa. Procure entender os riscos, lendo materiais de fontes seguras (universidades, cientistas e órgãos oficiais de monitoramento) e junte isso ao conhecimento de quem já vive no bairro. Esse cuidado ajuda a combater boatos e mensagens falsas que só servem para causar pânico ou fazer as pessoas ignorarem os perigos reais.

8

Informar sem desesperar

Falar sobre os riscos do clima exige cuidado para informar sobre a gravidade dos problemas sem causar pânico ou aquela sensação de que não há nada a fazer. Especialmente na conversa com as crianças e os jovens, é fundamental acolher os sentimentos, como o medo e a ansiedade, abrindo espaços para que tirem dúvidas e participem. O segredo é mostrar que o perigo existe, mas que também existem ações concretas de prevenção e proteção que nós podemos fazer juntos.

9

Reconhecer a (in)justiça climática

Os impactos dos eventos extremos não atingem todas as pessoas da mesma forma. Algumas enfrentam riscos maiores e precisam de atenção especial. Em muitos territórios, os maiores riscos recaem sobre grupos que historicamente enfrentam desigualdades sociais, econômicas e ambientais, como crianças, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas, pescadoras artesanais, agricultores familiares, moradores de periferias urbanas e outras comunidades tradicionais. Por isso, a construção dos Protocolos Comunitários deve buscar a participação ativa desses grupos em todas as etapas do processo.



QUEM PARTICIPA?

Um evento extremo não escolhe lado, opinião ou desavenças históricas. Quando a água sobe, o fogo avança ou o calor aumenta, **o que prevalece é o senso de comunidade e a necessidade mútua de proteção**. Todos passam a ter o mesmo objetivo: salvar vidas e cuidar do lugar onde vivem.

Para que o Protocolo Comunitário seja verdadeiramente forte, ele não pode excluir ninguém. Todos os grupos do território, mesmo aqueles que possuem realidades ou visões opostas, precisam estar representados e ter voz ativa na sua construção. Afinal, a segurança de um depende do cuidado de todos.

E a proteção funciona melhor quando usamos as correntes de confiança que o bairro já tem: igrejas, associações de bairro, centros comunitários, pontos de cultura, torcidas organizadas, empresas... **qualquer tipo de associação pode elaborar um protocolo comunitário.**

Para pensar a participação de todos e todas, tenha em mente: **Quem costuma participar menos das decisões comunitárias e como garantir o acesso equitativo a estes espaços de tomada de decisões?**

A mobilização deve reunir diferentes saberes e papéis essenciais:

Lideranças comunitárias

Essenciais na mobilização dos moradores, na mediação de conflitos e na articulação do território.

Agentes de saúde

Que conhecem o histórico da população e sabem exatamente onde estão as pessoas acamadas, idosas ou que precisam de atenção prioritária em uma emergência.

Defesa Civil local

Que traz o conhecimento técnico, as diretrizes de segurança e a conexão com os sistemas de alerta oficiais.

Comunidade escolar

Estudantes (com sua energia para multiplicar o conhecimento em casa), **professores** (mediando o aprendizado prático), e **equipe gestora** (garantindo o suporte institucional e a escola como um ponto seguro de apoio) formam uma rede viva capaz de transformar o protocolo em ação real e contínua no dia a dia. Além disso, é provável que a escola já tenha mapeado o território anteriormente, identificando suas capacidades e fragilidades, servindo como importante fonte de informação para as atividades do grupo.

Famílias

Elo fundamental para estender as ações de preparação e cuidado para dentro das casas.

Associações e coletivos

Que fortalecem a organização comunitária, potencializam os mutirões e as redes de apoio mútuo. Sempre que existirem no território, envolva também conselhos, fóruns e outros espaços de participação e controle social, como conselhos de bacias hidrográficas e de unidades de conservação.

Moradores antigos

Os guardiões da memória do lugar, fundamentais para resgatar o histórico de eventos passados e os sinais da natureza que a ciência nem sempre vê.

Por isso, é importante incluir pessoas e instituições diversas.

Divulgue nos meios de comunicação mais acessados por sua comunidade: rádio, mural, jornal, mídias sociais, alto-falantes. Inclua as lideranças religiosas, e/ou comunitárias para que possam compartilhar o convite com os seus.

Juntos, pensem em uma data, horário e local que seja bom para a maioria. Definido isso, é hora de envolver todos(as)!



**“VENHAM
AJUDAR A NOSSA
COMUNIDADE
A ENFRENTAR
OS EVENTOS
EXTREMOS!”.**

ETAPAS DE TRABALHO

A elaboração dos Protocolos Comunitários pode ser estruturada em três momentos pedagógicos:

ETAPA 01

PREPARANDO O TERRENO

(sensibilização
e memória local)

ETAPA 02

DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

(olhar ao redor)

ETAPA 03

CONSTRUINDO O PROTOCOLO COMUNITÁRIO

ETAPA 01

PREPARANDO O TERRENO (sensibilização e memória local)

Objetivo: Mobilizar as pessoas e construir uma compreensão compartilhada sobre os riscos climáticos do território.

Inicie o encontro com perguntas simples que resgatem a memória local:

QUAL FOI O EVENTO CLIMÁTICO MAIS MARCANTE QUE JÁ VIVEMOS?

O QUE ACONTECEU?

COMO AS PESSOAS REAGIRAM?

O QUE APRENDEMOS?

O CLIMA MUDOU EM RELAÇÃO À ÉPOCA DE NOSSOS PAIS E AVÓS?

Registre as respostas em cartazes, cadernos ou gravações. Esta atividade ajuda a valorizar os conhecimentos locais e a construir uma memória coletiva do território.

Material complementar: História oral e percepção da mudança do clima em Jornadas Pedagógicas Cemaden.

Diante do que já temos, é hora de definir quais eventos extremos mais afetam a comunidade. Ou seja, para quais eventos vamos dedicar protocolos específicos. Olhando para o presente, respondam:

QUAL EVENTO OCORRE COM MAIS FREQUÊNCIA?

QUAL EVENTO CAUSA MAIS DANOS?

QUAL AMEAÇA PODE COLOCAR VIDAS EM RISCO?

Os cinco temas prioritários trabalhados pelo Cemaden Educação podem servir como referência. Consulte os Cadernos Temáticos para ter mais informações sobre: inundações; deslizamentos; secas; incêndios; ondas de calor.

Ao final, escolham os eventos mais relevantes para o território, numerando-os por ordem de prioridade. É sobre eles que vamos falar daqui em diante.

PRODUTOS DA ETAPA 1:

Uma linha do tempo dos principais eventos extremos vividos pela comunidade; e a seleção ou ranking dos eventos extremos prioritários.

A partir daqui, caso tenham sido selecionados mais de um evento extremo como prioridade, é recomendável dividir o grupo em grupos menores. Cada novo grupo de trabalho (GT) fica responsável por um evento extremo. Caso o número de participantes seja muito pequeno para isso, todos se juntam para pensar no evento extremo mais importante, por ordem de prioridade.

ETAPA 02

DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO (olhar ao redor)

Objetivo: Identificar riscos, vulnerabilidades, capacidades e recursos existentes.

Um ótimo jeito de começar esse diagnóstico é caminhar pelo território. Caso a caminhada não seja possível, faça uma roda de conversa e proponha que os participantes puxem da memória: áreas que alagam; encostas instáveis; locais sujeitos a incêndios; áreas muito quentes; pontos de acúmulo de lixo. Também: nascentes, córregos e áreas verdes; locais seguros para abrigo; equipamentos públicos importantes, incluindo rede de saúde (SUS).

Além dos riscos físicos, **esteja atento também para as pessoas** que povoam esse lugar e suas vulnerabilidades. Tente identificar:

ONDE VIVEM PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA?

**QUEM ENCONTRA MAIS DIFICULDADES PARA
SAIR DE CASA DURANTE UMA EMERGÊNCIA?**

**QUEM COSTUMA FICAR SEM ACESSO
À INFORMAÇÃO E COMO RESOLVER ISTO?**

**QUEM TEM SUA RENDA
OU MODO DE VIDA AMEAÇADOS
PELOS EVENTOS EXTREMOS?**



A construção dos Protocolos Comunitários deve buscar a participação ativa dos grupos mais impactados em todas as etapas do processo. Sempre que possível, devem **prever medidas específicas para proteger grupos mais vulneráveis e fortalecer redes de solidariedade e apoio mútuo.**

O objetivo é reconhecer não apenas os problemas, mas também as capacidades de resposta já presentes na comunidade. Reflitam também sobre:

QUAIS OS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS DE ACOLHIMENTO OU INICIATIVAS SOLIDÁRIAS EXISTENTES NO TERRITÓRIO?

QUAIS SÃO AS LIDERANÇAS LOCAIS OU GRUPOS ORGANIZADOS DE JOVENS, MULHERES E IDOSOS?

QUAIS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS PODEM AJUDAR A COMPREENDER E ENFRENTAR OS RISCOS?

Material complementar: Cartografia Social: espacializando os riscos socioambientais, das Jornadas Pedagógicas do Cemaden.

Para finalizar, em uma folha grande, os participantes desenharam o território. Fotografias, desenhos e anotações podem ajudar no registro. **No desenho, devem ser indicados:**

Áreas de risco: locais de inundação; encostas; áreas de queimadas; regiões sem sombra ou com calor excessivo.

Recursos existentes: escolas; postos de saúde; igrejas; centros comunitários; espaços de acolhimento; fontes de água; lideranças de referência.

Pessoas e grupos prioritários: idosos; crianças pequenas; gestantes; pessoas com deficiência; moradores isolados.

PRODUTOS DA ETAPA 2:

Mapa comunitário de riscos e potencialidades do território.

ETAPA 03

CONSTRUINDO O PROTOCOLO COMUNITÁRIO

Objetivo: transformar os conhecimentos produzidos em procedimentos concretos.

Proteger a comunidade exige um cuidado contínuo, dividido em três momentos. Para cada evento extremo identificado, deve ser pensado o Antes, o Durante e o Depois:

ANTES que o tempo mude, o foco é prevenir, mapear os riscos, organizar o espaço e planejar as ações para o momento da urgência.

DURANTE a emergência, o importante é seguir o combinado para salvar vidas, acolher quem mais precisa e espalhar avisos seguros.

DEPOIS que a crise passa, é hora de acolher as pessoas, cuidar da saúde mental de todos, consertar o que estragou de forma sustentável e aprender com o que aconteceu. É importante também promover a compreensão coletiva das causas dos eventos extremos e dos seus impactos diferenciados, refletindo sobre os modos de vida das sociedades atuais e agindo por mudanças.

Tudo isso feito com base em informações reais, sem ignorar os perigos e sem desespero.



ANTES

COMO NOS PREPARAMOS?

Além de ser um plano de emergência, o protocolo é, também, uma ferramenta educativa. A partir dele, podemos identificar como melhorar o lugar em que vivemos, aumentando sua capacidade de resposta a um momento de crise. Municípios, comunidades e escolas podem:

Olhar e cuidar do território (monitoramento e zeladoria), com:

- Monitoramento comunitário da chuva e observação atenta do clima, integrando saberes tradicionais aos dados oficiais.
- Mutirões para limpeza de córregos e bueiros para evitar alagamentos.
- Plantio de árvores, recuperação de nascentes e criação de hortas e jardins de chuva (que ajudam a terra a absorver a água da chuva mais rápido).

Preparar os espaços públicos (infraestrutura e conforto), com:

- Construção de áreas de sombra e uso de plantas nos pátios e arredores das escolas para aliviar os dias de calor intenso.
- Armazenamento seguro de água, garantindo cisternas e caixas d'água limpas e bem cuidadas para os períodos de seca.

Promover rodas de conversa para a compreensão crítica dos modos de vida que podem melhorar ou piorar a situação, e agir no sentido das soluções propostas.



**POR QUE ESSES EVENTOS
ESTÃO SE TORNANDO MAIS
FREQUENTES E INTENSOS?**

**QUE FORMAS DE OCUPAÇÃO
DO TERRITÓRIO, DE
PRODUÇÃO E CONSUMO,
PODEM AUMENTAR OU
REDUZIR ESSES RISCOS?**

O **mapeamento do território** vai permitir identificar quais locais podem servir como **abrigo seguro** no momento de crise (escolas, igrejas, pontos de cultura etc.).

É importante **prever o que precisa ser melhorado nesses endereços**, para que possam receber as pessoas durante o evento extremo. Por exemplo: garantir acesso à água filtrada sem depender de energia elétrica; instalar sistemas de iluminação de emergência, chuveiros, pontos de vigília para segurança (especialmente de mulheres e crianças).



Organizar a comunidade (segurança e comunicação), com:

- Criação e treinamento de brigadas comunitárias, organizando grupos de moradores voluntários para saberem exatamente como agir e apoiar a Defesa Civil.
- Campanhas educativas com a produção de vídeos, podcasts, músicas e exposições feitas pelos próprios jovens e moradores.

A elaboração do protocolo é uma ação do ANTES, para ser usado no DURANTE.

Esse planejamento visa minimizar os impactos de um evento extremo. Nenhum protocolo elimina completamente os riscos. Porém, comunidades organizadas, informadas e mobilizadas conseguem proteger vidas, fortalecer vínculos e responder melhor aos desafios impostos pelos eventos extremos.



DURANTE

COMO AGIMOS EM CASO DE EVENTO EXTREMO

Estas informações são o coração do Protocolo Comunitário.
O documento deve responder a algumas perguntas:

1. O que precisa ser feito?

Olhando para o evento extremo que vocês estão trabalhando, pensem **quais atividades precisam ser realizadas**. Por exemplo, avisar que o rio transbordou ou auxiliar pessoas com mobilidade reduzida.

2. Quem faz o quê?

Consulte a lista de tarefas e **distribuem as responsabilidades**. É importante que todos saibam o que deve ser feito, e quem deve fazer o quê. Por exemplo: “**Quando a água subir até tal ponto, quem deve avisar toda a comunidade?**”

PERGUNTAS-CHAVE



QUEM COMUNICA?

QUEM APOIA CRIANÇAS?

QUEM AUXILIA IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA?

QUEM ABRE O ABRIGO?

QUEM ACOMPANHA OS ALERTAS OFICIAIS?

QUEM FAZ O REGISTRO DAS OCORRÊNCIAS?

QUEM ARTICULA APOIO EXTERNO?

Ao responder essas perguntas, **indiquem nomes de forma clara e específica**. Ao invés de “a escola é responsável por isso”, saiba exatamente quem na escola: Francisco? Sandra? A pessoa e a comunidade precisam saber quais os papéis de cada um.

Evite concentrar tarefas em apenas uma pessoa. Quanto mais gente ajudar, mais ações poderão ser realizadas e menor será o impacto negativo da crise.

É importante que o documento tenha, de forma bem fácil, os telefones de contato dos principais órgãos que podem ser acionados em situações de emergência como, por exemplo:

Bombeiros (193); Defesa Civil (199); e Samu (192).

Outra pergunta que deve estar na ponta da língua, é sobre uma **mochila de emergência**:

O QUE CADA MORADOR DEVE LEVAR SE PRECISAR SAIR RÁPIDO?



3. Como?

Para cada “Quem” anterior, definir como será feito.

Por exemplo:

QUEM COMUNICA?

Definir como o alerta chega às pessoas: mensagens de WhatsApp; rádio comunitária; carro de som; sirene; sino; alto-falante da escola; comunicação porta a porta.

4. Para onde vamos?

É hora de definir locais seguros. Com base no diagnóstico do território (Etapa 1), o grupo deve identificar: rotas de saída; pontos de encontro; locais de abrigo temporário; caminhos alternativos.

No final deste Guia, você encontra um roteiro resumido para esta etapa de construção do Protocolo.



DEPOIS

DEPOIS: COMO NOS RECUPERAMOS E APRENDEMOS?

Passada a tempestade ou a fase mais crítica da emergência, o trabalho do protocolo comunitário continua. O momento do pós evento serve para acolher, consertar o que foi afetado, fortalecer a comunidade para que o grupo esteja ainda mais preparado no futuro. Também é importante repensar as formas de ocupação do território, bem como os hábitos de produção e consumo e os modelos de reordenação social.

Municípios, comunidades e escolas podem planejar as seguintes ações para o DEPOIS:

Acolher as pessoas e cuidar da saúde (cuidado e afeto):

- Criar **espaços de escuta** sensível e apoio psicológico profissional para cuidar da saúde mental de moradores, crianças e também para os voluntários e brigadistas que atuaram na linha de frente.
- Garantir o **atendimento médico** necessário para tratar ferimentos ou prevenir doenças que surgem após os eventos (como micoses ou leptospirose em caso de inundações).
- Promover **rodas de conversa**, contação de histórias e outras atividades artísticas e culturais que ajudem a comunidade a lidar com o impacto emocional.

Avaliar o que aconteceu e organizar a ajuda (logística e transparência):

- **Mapear e registrar os danos**, ajudando a medir os impactos no território (quantas pessoas foram afetadas, casas atingidas ou dias de aula perdidos).
- Fazer uma **roda de avaliação** sobre o que deu certo e o que poderia ter sido melhor. Avaliar se os alertas funcionaram, se as rotas de fuga foram seguras etc.
- **Articular apoios e direitos**, buscando recursos através de fundos comunitários, doações, e acompanhar decretos e direitos públicos para a reconstrução do bairro.

Recuperar o ambiente e pensar no futuro (restauração):

- Fazer **mutirões para recuperar áreas** queimadas, plantar árvores para combater as ilhas de calor e limpar rios, focando em soluções naturais que diminuam os riscos de novos desastres.
- **Registrar as memórias para não esquecer**, a partir de livretos ou vídeos com a experiência vivida e os relatos dos moradores.

PRODUTOS DA ETAPA 3:

Protocolo Comunitário pronto, revisado e validado pela comunidade.

MANTENDO O PROTOCOLO COMUNITÁRIO VIVO

Os riscos mudam e os territórios também. Por isso, recomenda-se revisar o protocolo pelo menos uma vez por ano. Também é importante atualizá-lo quando ocorrer: mudança de lideranças; grandes obras no território; novos eventos extremos; mudança de gestão das principais instituições envolvidas.

Finalizado o trabalho, é importante que o Protocolo de Educação Ambiental para eventos extremos da sua comunidade fique acessível a todas as pessoas que participaram de sua elaboração e, também, a toda a comunidade. Fale com as pessoas, mande nos grupos de whatsapp e em outras redes sociais, divulgue em: murais; cartilhas; grupos digitais; rádios comunitárias; carros de som, assembleias; reuniões escolares.



NÓS TAMBÉM QUEREMOS SABER COMO FOI O SEU DIÁLOGO!

Clique no QRCode ao lado para mandar informações sobre os diálogos autogestionados, enviar fotos e encaminhar o Protocolo de sua Comunidade, para que sirva de inspiração para outros grupos.

Se você tiver alguma dica de como melhorar este Guia, os Cadernos Temáticos, ou quiser deixar qualquer outra contribuição para este processo, também será bem-vinda.

PASSO-A-PASSO

RESUMIDO

1

Convide a comunidade

(pessoas e instituições públicas e privadas, incluindo, se possível: SUS, Defesa Civil, Bombeiros etc.) para o Diálogo sobre prevenção e proteção. Escolham um local apropriado, com data e horário que facilitem a participação de todos.

2

No encontro, **conversem sobre eventos extremos** e pensem, juntos, nos eventos extremos que já aconteceram, no que foi feito e nos que mais afetam a comunidade. Caso haja, mais de um evento extremo, criem um ranking de **prioridades**.

3

Se o número de participantes permitir, dividam-se em grupos focados em cada um dos eventos extremos priorizados. Se o grupo for pequeno, trabalhem um evento extremo por vez, de acordo com a ordem de prioridade.

4

Ainda com o olhar voltado para a sua comunidade, **tentem identificar os problemas** (áreas que alagam, que acumulam lixo) e as **capacidades de resposta** (abrigos, postos de saúde etc). Nesse exercício, considere também as pessoas: onde estão as **pessoas mais vulneráveis**, onde estão as lideranças locais etc.

5

Faça um mapa simples, indicando as áreas de risco, os recursos existentes, as pessoas e os grupos prioritários.

6

Defina prazos e responsáveis e deixe o grupo **refletir sobre os procedimentos para o “Antes”, o “Durante” e o “Depois”** de cada evento extremo elencado.

7

Sistematize os resultados das discussões dos grupos. Preencha o roteiro do protocolo por evento extremo, definindo os compromissos de cada pessoa e de cada instituição com ênfase na fase “Durante” o evento extremo. Você pode usar o roteiro simplificado da página 35.

8

Definam um prazo para o **monitoramento e avaliação** dos compromissos assumidos e dos seus resultados.

9

Listem pessoas e instituições de fora da comunidade que serão procuradas e quem vai fazer isto.

10

Finalizado o trabalho, **divulgue amplamente** o Protocolo de Educação Ambiental para eventos extremos da sua comunidade, para que todos tenham acesso.



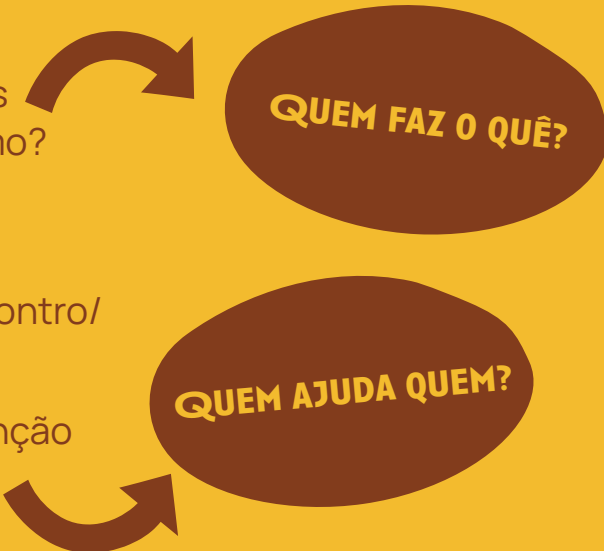
Sempre que possível, organize rodas de diálogos para a compreensão contextualizada e crítica dos eventos extremos e para combinar ações voltadas para a melhoria das condições existenciais.

Ao final, você pode nos contar, mandar fotos e sugerir aprimoramentos para todo o processo por um formulário eletrônico disponível [aqui](#).

ROTEIRO SIMPLIFICADO

IDENTIFICAÇÃO

- Território, instituição ou escola:
- Responsáveis pela elaboração deste documento:
- Qual é o principal perigo do nosso território (evento extremo prioritário)?
- Telefones de emergência:
- Quais ações devem ser tomadas quando ocorrer o evento extremo?
- Para onde vamos?
(rotas de saída e pontos de encontro/
abrigo)
- Quais pessoas precisam de atenção prioritária?
- Quais instituições precisam ser acionadas e podem ajudar?



QUEM FAZ O QUÊ?

QUEM AJUDA QUEM?

Data da última revisão:

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Cada documento de referência foi listado com: título da publicação, link para acesso ao material, órgão(s) responsável(is) e o seu objetivo.

Esta lista não está fechada. Sabemos que existem muitos outros materiais e experiências importantes por aí. Se você conhece alguma cartilha, guia ou projeto que ficou de fora, compartilhe com a gente para que possamos incluir aqui no futuro.

Guia para planos comunitários de redução de riscos e adaptação climática, da Secretaria Nacional de Periferias (Ministério das Cidades). Ensina moradores de áreas vulneráveis a fazer autodiagnóstico de riscos. Referência de linguagem acessível e cartografia social (mapeamento do território pelos próprios moradores).

Guia para elaboração de planos de contingência escolares para eventos climáticos, da Secretaria da Educação do RS (Seduc-RS), Instituto Alana e parceiros. Oferece orientações práticas, reflexões e estratégias para a construção de ambientes escolares seguros, acolhedores, sustentáveis e resilientes. Aborda ações antes, durante e depois do evento extremo e apresenta modelos de formulários e atividades.

Guia para elaboração de planos de contingência do Ministério da Saúde. Fornece uma estrutura norteadora para a elaboração de planos de contingência no âmbito do SUS, com foco na preparação e resposta a emergências em saúde pública.

Protocolo mulheres e emergências climáticas: Diretrizes e recomendações para a proteção de direitos na gestão de riscos e respostas a desastres, do Ministério das Mulheres. Orienta a incorporação estrutural da perspectiva de gênero na gestão de riscos e de desastres associados às emergências climáticas.

Jornadas Pedagógicas, do Programa Cemaden Educação, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres (Cemaden), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Metodologia de trabalho que propõe caminhos formativos de aprendizagem, de investigação-ação-participativa e de Ciência Cidadã em Educação em Redução de Riscos de Desastres e Educação Ambiental Climática.

Coleção e curso EaD “Nós no clima da mudança: caminhos de educação e justiça climática, do Programa Cemaden Educação, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres (Cemaden), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Prepara educadores para trabalharem as mudanças do clima e suas implicações na sala de aula.

Midioteca do Programa Cemaden Educação, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres (Cemaden), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Repositório de livros, artigos, jogos, podcasts, vídeos e sites que contribuem com o tema.

Educação em clima de riscos de desastres do Programa Cemaden Educação, do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres (Cemaden), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Reúne marcos conceituais de desastres, políticas públicas nacionais e internacionais, conhecimentos e práticas que orientam o trabalho do Cemaden Educação.

Cuidar e Proteger - infância e adolescência e a crise climática, do Instituto Alana. Traz recomendações voltadas à aplicação de medidas socioeducativas e de acolhimento. Divulga canais de comunicação e denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes, idosos ou pessoas com deficiência.

Desastres Socioambientais e mudança climática, da Abrampa. Aborda a criação e estruturação de órgãos públicos especializados destinados à tutela ecológica e até mesmo campanhas públicas de Educação e conscientização ambiental, além de outras medidas com o propósito de assegurar a efetividade do direito fundamental em questão.

Guia de adaptação a mudanças climáticas da WWF. Para entes federativos. Sensibilização e integração na educação; serviços de extensão; compartilhamento de conhecimento local e tradicional, incluindo a integração no planejamento da adaptação; e comunicação por meio da mídia.

Emergências de desastres e crise climática: o que fazer? de Cáritas Brasileira. Orienta sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e seus mecanismos de resposta e recuperação diante de um desastre.

Diretrizes de Educação Ambiental Climática em contextos de emergência climática, do Fundo Brasileiro de Educação Ambiental (FunBEA), Instituto Clima e Sociedade; e Cemaden Educação. Apresenta diretrizes, indicadores e valores que orientam ações de educação no enfrentamento da emergência climática.

Vigia, povo! Um guia de vigilância popular em saúde - Protagonismo popular na defesa da vida. Organizado pelo Ministério da Saúde e parceiros, o Guia contribui para a defesa da vida nos territórios na busca de ambientes mais saudáveis.

Livro infantil Guardiões do Clima - aprender brincando a agir em eventos extremos, do Instituto Sollares. Educa para a prevenção de riscos e proteção de crianças por meio de histórias e brincadeiras.

Guia prático para enfrentamento ao Super El Niño e eventos climáticos extremos, da Associação Brasileira de Municípios (ABM). O documento orienta prefeituras, secretarias e equipes técnicas sobre o que fazer antes, durante e depois de um evento extremo.

Sendai Framework for Disaster Risk Reduction: for children, de Plan International; Unicef; Visão Mundial; Save the Children; Crianças em um Clima em Mudança; Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR); ChildFund Alliance. Disponível em inglês. Título em Português: Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres: para crianças. Com base no Marco de Sendai, o documento ajuda a preparar crianças de 10 a 14 anos para agir de forma organizada e eficaz em caso de desastres.

Grupo de Resposta a Animais em Desastres (GRAD). Grupo de voluntários que promove ajuda humanitária aos animais e pessoas em circunstâncias de vulnerabilidade em desastres e comunidades isoladas. No Instagram, traz várias informações sobre a questão animal em situações de eventos extremos: @gradbrasil

Guia de orientação para pessoa idosa em situação de riscos e desastres, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Oferece medidas práticas que aumentam a capacidade de preparação, mitigação e resposta para pessoas idosas, diante de riscos e desastres, reconhecendo as particularidades dessa população.

Guia de Orientação para Salvaguarda dos Direitos Humanos de Públicos Prioritários em Contextos de Desastres e Emergências Climáticas, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Como construir cidades mais resilientes: um guia para gestores públicos locais, do Escritório das Nações Unidas para Redução de Riscos e Desastres. Voltado a gestores públicos locais, apresenta atividades de redução de riscos de desastres, a partir de “Dez passos essenciais para construir cidades resilientes”.



Guia para diálogos Autogestionados



Caderno Temático Deslizamentos de Terra



Caderno Temático Inundações, Enchentes e Alagamentos



Caderno Temático Incêndios



Caderno Temático Secas



Caderno Temático Ondas de Calor